

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1723057 - RS (2018/0028224-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA

EMBARGANTE : ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORES : MARIA MARTA RENNER WEBER LUNARDON -

PR008178

FERNANDA BASTOS KAMMRADT GUERRA E

OUTRO(S) - PR056114

EMBARGADO : SANDRA MARA BORGE

ADVOGADOS : MARCO AURÉLIO SCHETINO DE LIMA - PR036523

FRANCIELLY TESSARO - PR059616

INTERES. : FUNDAÇÃO FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO

IGUAÇU - VIZIVALI

ADVOGADOS : PATRICIA YAMASAKI - PR034143

RODRIGO BIEZUS - PR036244

LEONARDO TEIXEIRA FREIRE - RS072094

GIOVANI MARCELO RIOS - PR036084

LUIZ RODRIGUES WAMBIER - RS066123

JANAINA DE SOUZA - PR057619

INTERES. : IESDE BRASIL S/A

ADVOGADOS : RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA - PR022909

CRISTIANE DE OLIVEIRA AZIM NOGUEIRA -

PR024456

INTERES. : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.
2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso integrativo, porquanto o vício alegado pelo embargante, na realidade, manifesta seu inconformismo com o não conhecimento do agravo interno.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 11 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator